

# Qualidade de Vida dos Beneficiários do PRONAF B no município de Exu-PE

Wellington Ribeiro Justo<sup>1</sup>  
Renato Junior de Lima<sup>2</sup>

Recebido em 13 de janeiro de 2017. Aceito em 16 de maio de 2017.

**Resumo:** O trabalho analisou a qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF B, no município de Exu, no estado de Pernambuco. Buscou-se: mensurar o Índice de Qualidade de Vida dos Beneficiários (IQVB); e fazer um comparativo do IQVB nas situações antes e depois da implantação do programa. Também identificou-se o perfil dos beneficiários. Os resultados mostram que a maioria dos beneficiários é do sexo masculino; declaram-se ser o chefe da família: estão na faixa etária compreendida entre 31 e 50 anos; estão inseridos em uma família com até quatro membros e residem na unidade de produção e que grande parte dos beneficiários (41,25%) não chegou a concluir o ensino fundamental. Verificou-se ainda que a maioria dos beneficiários possui rendimentos familiares compreendidos entre 0,5 e 1,5 salários mínimos e são considerados minifundiários, já que possuem propriedades com até 4 ha, e estão na condição de proprietários. Em relação à qualidade de vida, constatou-se que esta apresentou uma melhoria considerável quando se compara a situação antes e depois do PRONAF, sendo que na situação antes apresentou o IQVB de 0,2731, caracterizando uma baixa qualidade de vida e depois o IQVB passou a ser de 0,5326, estando no intervalo de média qualidade de vida, ou seja, o incremento no IQVB foi de 95,02%. Concluiu-se que o PRONAF B, juntamente com outras políticas públicas, promoveram mudanças significativas na qualidade de vida dos seus beneficiários.

**Palavras Chave:** Perfil dos beneficiários; Agricultura familiar; Desenvolvimento rural.

**Classificação JEL:**

## Quality of life of PRONAF B beneficiaries in the Exu-PE

**Abstract:** The study analyzed the quality of life of the beneficiaries of the PRONAF B in Exu state of Pernambuco. He sought to: measure the Quality Life Index of PRONAF's Beneficiaries (IQVB) and make a comparative IQVB in situations before and after program implementation. The results show that most beneficiaries are: male; they are declared the head of the family; they are aged between 31 and 50 years; they are inserted into a family with up to four members and live on the farm and that much of the beneficiaries (41.25%) failed to complete primary school. It was also found that most of the recipients own family income between 0.5 and 1.5 minimum wages and are considered small producers, since they possess properties up to 4 ha and are owners. Regarding the quality of life it was found that this showed a considerable improvement when comparing the situation before and after the PRONAF. Since the situation presented before IQVB of 0.2731, featuring a low quality of life

---

<sup>1</sup> Professor Associados do Curso de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Professor do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGECON) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: justowr@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professor da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco. Economista pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Email: lima.renatojunior@gmail.com

and then IQVB increased to 0.5326, while the average quality of life range, ie the increase in IQVB was 95.02%. It is concluded that the PRONAF B along with other public policies promoted significant changes in the quality of life of its beneficiaries.

**Keywords:** Profile of beneficiaries; Family farming; Rural development.

**JEL Code:** I3; R2; R38; R58.

## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar exerceu e exerce um papel fundamental na economia brasileira, com o abastecimento da sociedade como fonte geradora de alimentos, emprego e renda. A agricultura familiar, mesmo sendo um setor muito antigo e de grande importância na economia brasileira, sofreu e sofre muitas dificuldades.

Fiuza (2005) destaca que nas décadas de 1940 e 1950 o processo de desenvolvimento brasileiro ficou contido devido ao processo de substituição de importação, no qual a indústria passou a ser o foco principal da política econômica, provocando transferência de renda para o setor urbano industrial, gerando desigualdades econômicas e sociais entre os meios urbano e rural.

A partir da década de 1960, foram criados vários programas destinados ao meio rural, para financiamento da agricultura visando desenvolvimento rural. Entre esses, destaca-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Mesmo assim, os produtores rurais que trabalham com suas famílias ficaram esquecidos.

Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013) destaca que no processo de formação da economia brasileira, a grande propriedade baseada no trabalho assalariado recebeu os maiores estímulos da política agrícola, baseada no crédito rural farto e barato, à medida que o maior segmento da população rural do país, os agricultores familiares, permaneceu à margem dos benefícios oferecidos pelas políticas governamentais.

Segundo Mattei (2006), no processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para o meio rural deram privilégio aos setores mais capitalizados e à cadeia produtiva das *commodities* destinadas ao mercado internacional, com a finalidade de amenizar os desequilíbrios da balança comercial do país, à medida que o setor da produção familiar ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, principalmente com relação ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção.

Ainda conforme Mattei (2006) pode-se dizer de uma forma geral que, até o início da década de 1990, não houve nenhum tipo de política pública com o objetivo de atender às necessidades especificamente do segmento da agricultura familiar, sendo esta, inclusive, uma definição conceitual imprecisa.

Mas com fortes reivindicações dos trabalhadores rurais, a agricultura familiar passou a fazer parte das políticas públicas para o meio rural. Nesse sentido, Mattei (2014) destaca que em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, que pretendiam políticas públicas destinadas a um setor dos trabalhadores familiares que sempre foram os mais fragilizados.

O programa foi criado com a finalidade formal de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural dos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Dessa forma, é necessário considerar que o PRONAF foi um dos acontecimentos mais marcantes na pauta das políticas públicas voltadas para o meio rural. Este surgiu com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da população rural, notadamente para o município em questão, onde a agricultura familiar é de grande relevância, gerando produtos para o mercado local, emprego e renda. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a produção municipal de milho atingiu 9.800 toneladas, cerca de 2.500 toneladas de feijão e 3.500 toneladas de mandioca. Justifica-se a realização deste trabalho, o qual consiste basicamente em realizar uma análise socioeconômica dos beneficiários, mensurar sua qualidade de vida, bem como fazer um comparativo da qualidade de vida dos agricultores antes e depois do programa.

Além dessa seção introdutória, este estudo é composto por mais quatro seções: na próxima seção é apresentado o referencial teórico do estudo; na terceira é descrita a metodologia do trabalho; na quarta seção são apresentados os resultados obtidos; e, por último, são feitas as considerações finais sobre o estudo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Conceituação de Agricultura Familiar

Atualmente têm-se conceitos estabelecidos por pesquisadores e grupos técnicos, mas, “no entanto, há que se considerar que ainda persiste no Brasil uma confusão conceitual entre agricultura familiar de subsistência, pequena produção e pobreza rural, que dificulta a análise das atividades e a elaboração de políticas de desenvolvimento rural” (GUANZIROLI; SABBATO; VIDAL, 2014, p. 81).

Segundo Moroni (2006), há pouco tempo, não existia o conceito de agricultura familiar propriamente dito. O agricultor familiar era considerado “miniprodutor” para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil (BCB), e “trabalhador rural” para enquadramento sindical. Com relação ao conceito, esta definição era muito imprecisa, pois a agricultura familiar era tratada de diversas formas como: pequena produção, produção familiar e produção de subsistência.

Para Bittencourt e Bianchini (1996) *Apud* Santos e Gois (2011), agricultor familiar é todo aquele cuja principal fonte de renda (mais de 80%) é originária da agricultura familiar, e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento é desenvolvida por membros da família. O emprego de terceiros é permitido temporariamente quando a atividade necessitar. No entanto, a força de trabalho da família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Uma definição do conceito de agricultura familiar foi elaborada no âmbito do projeto de cooperação técnica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (INCRA/FAO, 2000) em que possui três características centrais: (a) a gestão da unidade produtiva, os investimentos nela realizados, são realizados por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de

casamento; (b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; (c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão.

O produtor rural entendido como agricultor familiar é aquele que pratica as atividades no meio rural, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 11.326/2006, atendendo aos seguintes requisitos: Art. 3: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

## 2.2. Origens e concepções do PRONAF

No ano de 1994, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava basicamente com recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O PROVAP seria o início da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde em 1996 e destinada aos agricultores familiares. É de grande importância ressaltar que, embora o PROVAP tenha tido resultados pequenos do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores, a sua relevância na orientação que foi dada para a transição que ali se inicia no rumo a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Já a partir de 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi reformulado em seus aspectos de concepção e sua área de abrangência, mudanças essas que resultaram na origem do PRONAF.

O PRONAF foi criado através do Decreto Presidencial nº. 1.946, de 28 de junho de 1996, tendo como objetivo básico promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, visando propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos, o aumento da renda e a consequente melhoria da qualidade de vida.

Segundo Mattei *et al* (2007), o PRONAF vem se transformando a cada ano em uma das mais importantes políticas públicas para o meio rural brasileiro, principalmente porque está presente na maioria dos municípios do país, além de ter possibilitado a maior democratização do acesso ao crédito e a visibilidade social de um público que até então tinha diversas restrições a recursos.

Alvarenga e Carvalho (2006) destacam que:

Nesse enfoque, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ganhou importância como mecanismo de desenvolvimento rural cujos fundamentos são a expansão da agricultura, o aumento da produção agrícola e a melhoria da qualidade de vida no meio rural. O programa prevê o apoio às atividades por meio de financiamento (crédito rural), de melhoria de infraestrutura e de capacitação profissional (ALVARENGA; CARVALHO, 2006, p. 24).

O fortalecimento da agricultura familiar, de acordo com o Programa, é feito por meio de apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, Schneider, Mattei e Cazella (2004) assinalam que:

Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 23).

O PRONAF foi criado com o objetivo de financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias realizadas por meio da força de trabalho do produtor rural e de sua família, entendendo-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com o turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar entre outras prestações de serviço no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar (BNDES, 2015).

Segundo Maia (2006), o PRONAF é um programa que visa apoiar o desenvolvimento rural, tomando como ponto de partida o fortalecimento da agricultura familiar, construindo um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares, expandindo e diversificando a produção, promovendo aumento dos níveis de renda, bem-estar social e melhores condições de vida.

Especificamente sobre o PRONAF B, que é o foco desse estudo, são incluídos nessa categoria os agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00, mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do PRONAF, tendo como modalidade investimento ou custeio de atividades, para financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias. Plano Safra Semiárido: i) captação/armazenamento d'água; ii) sistema produtivo com reserva alimentar pra os animais; iii) recuperação e fortalecimento de cultivos alimentares regionais; iv) recuperação e fortalecimento da pecuária e v) cultivos protegidos. Com limite de crédito R\$ 4.000,00 por operação, elaborado pelo Agroamigo, e de R\$2.500,00, sem a metodologia do Agroamigo, com juros de 0,5% ao ano. O prazo de pagamento é de até 2 anos, incluído 1 ano de carência.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. Área de estudo

O estudo foi realizado no município de Exu, localizado na mesorregião do Sertão Pernambucano, na microrregião do Araripe, como mostra a FIGURA 1. De acordo com o IBGE (2015), o município é composto pelos distritos de Timorante, Tabocas, Zé Gomes e Viração. O município possui uma área de 1.337,5 km<sup>2</sup> e está situado a 7° 30' 43"S de latitude e 39° 43' 26"O, com 523 m de altitude.

**FIGURA 1:** Localização geográfica do município de Exu-PE<sup>3</sup>

Fonte: Prefeitura Municipal de Exu (2017).

Segundo o IBGE (2015), a população estimada em 2015 foi de 31.928. No ano de 2010, o município apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,576.

O município tem clima predominantemente tropical quente semiárido, com precipitação anual média entre 700 mm e 900 mm, com vegetação de dominância a caatinga.

No ano de 2012 o município teve um PIB a preços correntes de 170.553 mil reais e PIB per capita a preços correntes de 5.411,27 reais, composto em sua maior parte pelo setor de serviços. O rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente em 2014 foi de R\$ 802,00 (IBGE, 2015).

### 3.2. Natureza dos dados e tamanho da amostra

Com base em Lakatos e Marcondi (1996), as técnicas de pesquisa utilizadas são: pesquisa bibliográfica e observação direta extensiva. A primeira, também conhecida como pesquisa de fontes secundárias, consiste na utilização de bibliografia já tornada pública sobre o fenômeno a ser investigado. Sua maior utilidade é deixar o pesquisador a par de tudo que já foi produzido sobre o fenômeno. Já a última foi realizada por meio do instrumento questionário, criado para coletar dados primários e formado por uma série de perguntas, abrangendo aspectos que dão suporte às questões que se busca responder na investigação.

Nesse estudo, foram utilizados dados primários provenientes da aplicação de questionários aplicados aos agricultores beneficiados com o PRONAF B no Município de Exu-PE. Ainda foram utilizados dados secundários coletados de publicações de livros, artigos científicos, monografias e dissertações e de alguns dos principais institutos de pesquisa. Entre

<sup>3</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Exu\\_\(Pernambuco\)#//media/File:Mapa\\_de\\_Exu\\_\(2\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Exu_(Pernambuco)#//media/File:Mapa_de_Exu_(2).png)

eles, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para determinação da amostra, empregou-se a fórmula sugerida por Fonseca e Martins (1996) para populações finitas através da amostragem aleatória simples:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot p \cdot q} \quad (1)$$

Onde:

n = tamanho da amostra;

z = abscissa da normal padrão;

p = estimativa da proporção da característica pesquisada no universo;

q = 1 - p;

N = n°. total de beneficiários do PRONAF B;

d = erro amostral.

De acordo com Banco do Brasil (2015), existem 485 beneficiários do PRONAF B no município de Exu-PE, com contratos em andamento. Considerando um erro de estimação de 10% (d=0,10), a abscissa da normal padrão Z=1,96, ao nível de confiança de 95% e p = q = 0,5 (na hipótese de se admitir o maior tamanho da amostra, já que não se conhecem as proporções estudadas), obteve-se um tamanho da amostra (n) igual a 80. Foram aplicados 80 questionários junto aos beneficiários do PRONAF B em Exu-PE no período entre agosto e setembro de 2015. O questionário foi estruturado da seguinte forma: Identificação do produtor; perfil socioeconômico e PRONAF; Qualidade de vida (indicadores de saúde, educação, habitação, bens duráveis e lazer).

### 3.3. Análise tabular e descritiva

A técnica da análise descritiva foi empregada no estudo para atender ao objetivo de descrever as características sociais e econômicas da categoria estudada. Foram utilizados gráficos e tabelas de distribuição de frequências absolutas e relativas e as medidas de tendência central.

### 3.4. Análise do Índice de Qualidade de Vida dos Beneficiários do PRONAF B (IQVB)

Para verificar se o PRONAF está contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos produtores beneficiados, foi analisada a situação antes e depois da implantação do programa. Para isso, foi utilizado como referência o modelo desenvolvido por Fiúza (2005), que analisou a qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF no município de Várzea Alegre-CE.

Para determinação da Qualidade de Vida foram considerados os seguintes indicadores: saúde; educação; habitação; aspectos sanitários; bens duráveis e lazer. As alterações dessas variáveis, entre os dois períodos considerados, determinarão se houve melhoria ou não na qualidade de vida dos beneficiários.

Fiúza (2005) analisa que após a definição dos indicadores descritos serão atribuídos escores e pesos, assim os escores serão utilizados na escala crescente, atribuindo-lhes valores, que irão indicar o posicionamento dos beneficiários no Programa e os pesos serão ponderados através da opinião dos próprios beneficiários, variando de 1 a 3, onde 1 representa baixa satisfação; 2 média satisfação; e 3 alta satisfação. Dessa forma, os beneficiários estarão expressando a importância relativa de cada indicador na formação de sua qualidade de vida.

Dessa forma, o Índice de Qualidade de Vida dos PRONAFianos do Grupo B (IQVB)<sup>4</sup> pode ser expresso algebricamente como:

$$IQVB = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[ \frac{\sum_{i=1}^m E_{ij} \cdot P_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{max_i} \cdot P_{max_i}} \right] \quad (2)$$

A contribuição de cada indicador do Índice de Qualidade de Vida dos PRONAFianos do Grupo B (IQVB) é obtida da seguinte forma:

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij} * P_{ij}}{\sum_{j=1}^n (\sum_{i=1}^m E_{max_i} \cdot P_{max_i})} \quad (3)$$

Onde:

IQVB = Índice de Qualidade de Vida dos PRONAFianos do Grupo B;

$E_{ij}$  = escore do  $i$ -ésimo indicador, obtido pela  $j$ -ésima família;

$P_{ij}$  = peso do  $i$ -ésimo indicador, definido pela  $j$ -ésima família;

$i = 1, 2, 3, \dots, m$ ;

$j = 1, 2, 3, \dots, n$ ;

$E_{max_i}$  = escore máximo do  $i$ -ésimo indicador;

$P_{max_i}$  = peso máximo do  $i$ -ésimo indicador;

$C_i$  = contribuição do indicador  $i$  no Índice de Qualidade de Vida dos PRONAFianos;

$n$  = número de PRONAFianos do Grupo B, e

$m$  = número de indicadores.

O Índice de Qualidade de Vida está dividido em três níveis. Compreendido no intervalo entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor será o nível de qualidade de vida dos produtores. Portanto, considerando esse intervalo estabelecido, serão adotados os seguintes critérios:

- a) Baixa qualidade de vida: .....  $0 < IQVB \leq 0,5$
- b) Média qualidade de vida: .....  $0,5 < IQVB \leq 0,8$
- c) Alta qualidade de vida: .....  $0,8 < IQVB \leq 1,0$

<sup>4</sup> Conforme Wilhelm (1979) *Apud* Maciel (2009) a qualidade de vida pode ser entendida como a sensação de bem-estar do indivíduo. O autor ressalta que a sua mensuração é bastante difícil devido não ser medido diretamente com variáveis econômicas. Mesmo assim, antes de se pensar em qualidade de vida, é preciso resolver os problemas básicos de sobrevivência.

A mudança na qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF B foi determinada pelo comportamento dos resultados, ou seja, através da variação ( $\Delta$ ) observada entre os índices de qualidade de vida antes e depois da implantação do programa. Essa alteração pode ser observada da seguinte forma:

- a)  $\Delta < 0$ : redução do nível de qualidade de vida;
- b)  $\Delta = 0$ : manutenção do nível de qualidade de vida;
- c)  $\Delta > 0$ : elevação do nível de qualidade de vida.

### 3.5. Teste de diferenças de médias

Como foi necessário avaliar se houve ou não variação na qualidade de vida dos beneficiários do PRONAF B e como existe uma dependência entre as amostras de antes e após a implantação do programa, já que as amostras estão relacionadas aos mesmos indivíduos, deve-se utilizar o teste T pareado.

Segundo Hamilton (2009) o teste de diferenças de médias para observações pareadas (antes e depois) é definido algebricamente pela fórmula:

$$t = \frac{\bar{d}\sqrt{n}}{S_d} \quad (4)$$

Onde:

$$\bar{d} = \mu_d - \mu_a$$

$n$  = número de observações;

$S_d$  = desvio-padrão;

$t$  = é a estatística t que tem  $n-1$  graus de liberdade.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que 61,25% dos entrevistados são pessoas do sexo masculino, e 38,75% pertencem ao sexo feminino. A maioria de pessoas do sexo masculino também foi encontrada por Ferreira (2009). Esses resultados demonstram que a figura masculina ainda permanece sob o domínio das famílias rurais.

O estado civil predominante é o casado, que representa 66,25% da amostra. Há 18,75% de solteiros, e 15% estão na condição de outros relacionamentos. Os dados ainda revelam que 56,25% dos entrevistados se declaram ser o chefe da família, ao passo que 32,5% são esposas e 11,25% são filhos.

As informações sobre a idade dos beneficiários estão expressas na TABELA 1, divididas em cinco faixas etárias, constatando-se uma maior frequência de entrevistados entre 31 e 50 anos (50 beneficiários, representando 62,50%). Resultado semelhante a esse foi encontrado no trabalho de Fiuza (2005), o qual versa sobre os beneficiários do PRONAF B

no município de Várzea Alegre, no Ceará. Verificou-se que a maior parte dos beneficiários da amostra é composta por pessoas adultas e em idade produtiva.

**TABELA 1** – Distribuição de frequência absoluta e relativa por faixa etária dos beneficiários do PRONAF B no Município de Exu, estado de Pernambuco, 2015

Faixa Etária (em anos)	Nº de Beneficiários	%
20 –   30	17	21,25
30 –   40	29	36,25
40 –   50	21	26,25
50 –   60	11	13,75
> 60	2	2,50
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda de acordo com a TABELA 1, constatou-se que aqueles que se encontravam na faixa etária de 31 a 40 anos constituíam a maior parte dos beneficiários (36,25%). Por outro lado, verificou-se uma menor frequência de beneficiários com mais de 60 anos, possivelmente em virtude de acesso à renda através de aposentadoria rural.

As informações contidas na TABELA 2 demonstram que 57,5% das famílias entrevistadas eram formadas por até quatro componentes. Pode-se destacar que 51,25% das famílias que compõem a amostra possuíam a família na faixa de 2 a 4 membros, refletindo um possível planejamento familiar ou mesmo seguindo a mudança na estrutura familiar ocorrida no Brasil nas últimas décadas. Oliveira (2011), estudando os beneficiários do PRONAF B no município de Farias Brito – CE, encontrou resultados que corroboram os desta pesquisa.

**TABELA 2** – Distribuição de frequência absoluta e relativa por número de membros da família dos beneficiários do PRONAF B de Exu estado de Pernambuco, 2015

Tamanho da família	Nº de Beneficiários	%
0 –   2	5	6,25
2 –   4	41	51,25
4 –   6	29	36,25
6 –   8	4	5,00
8 –   10	1	1,25
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

As famílias de até 2 componentes representam 6,25% da amostra. As famílias na faixa de 6 a 8 membros representam 5% das famílias pesquisadas, e as famílias compostas de 8 a 10 membros representam apenas 1,25%.

As informações educacionais dos beneficiários do PRONAF B são apresentadas na TABELA 3. Os resultados mostram que 20% dos entrevistados eram analfabetos e 41,25% dos beneficiários entrevistados não chegaram a concluir o ensino fundamental.

**TABELA 3** – Distribuição absoluta e relativa conforme o grau de instrução dos beneficiários do PRONAF B de Exu, estado de Pernambuco, 2015

Grau de Instrução	Nº de Beneficiários	%
Analfabeto	16	20,00
Fundamental Incompleto	17	21,25
Fundamental Completo	11	13,75
Médio Incompleto	13	16,25
Médio Completo	21	26,25
Superior	2	2,50
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Constatou-se também que a maior parte dos beneficiários (26,25%) possuía o ensino médio completo; 13,75% apresentavam ensino fundamental completo, 16,25% possuíam o ensino médio incompleto e apenas 2,5% declararam possuir ensino superior. Um resultado relevante identificado na pesquisa é que todas as crianças em idade escolar, entre 7 e 14 anos frequentam a escola, mostrando uma maior consciência dos pais em relação à importância da educação para a formação dos filhos, como também não desejam que seu modelo de vida seja refletido nos filhos. Outra possibilidade é em virtude do possível efeito do Bolsa Família fomenta nesse quesito. Por outro lado, nenhum dos beneficiários responsáveis pelo domicílio continuava estudando.

De acordo com os dados mostrados na TABELA 4, constatou-se que 77,5% dos beneficiários entrevistados possuíam renda familiar entre 0,5 e 1,5 salários mínimos. Verificou-se ainda que não existiam beneficiários com renda familiar até meio salário mínimo.

**TABELA 4** – Distribuição absoluta e relativa segundo a renda familiar dos beneficiários do PRONAF B de Exu, estado de Pernambuco, 2015

Faixa Salarial*	Nº de Beneficiários	%
0,0 –   0,5	—	—
0,5 –   1,0	25	31,25
1,0 –   1,5	37	46,25
1,5 –   2,0	18	22,50
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100,00</b>

Nota: \* Considerando o salário mínimo no ano de 2015, ano de realização da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos beneficiários entrevistados, a maior parte recebia entre um e um e meio salário mínimo, representando 46,25%; outros 31,25% recebiam até um salário mínimo, e 22,5% da amostra percebiam rendimentos entre 1,5 e 2 salários mínimos.

De acordo com os dados contidos na TABELA 5, a maioria dos beneficiários (73,75%) extraía seus rendimentos do próprio estabelecimento e/ou domicílio. Os demais, além de trabalharem no estabelecimento, buscavam outras fontes de renda, como trabalhar fora em atividades agrícolas ou até mesmo em outras atividades. Os demais entrevistados tinham rendimentos provenientes de transferências governamentais como aposentadorias e pensões.

**TABELA 5** – Distribuição absoluta e relativa segundo a origem dos rendimentos dos beneficiários do PRONAF B de Exu, estado de Pernambuco, 2015

Origem dos rendimentos	Nº de Beneficiários	%
Estabelecimento e/ou domicílio	59	73,75
Estabelecimento e fora em atividades agrícolas	13	16,25
Estabelecimento e fora em outras atividades*	1	1,25
Fora em atividades agrícolas	3	3,75
Aposentado/Pensionista	4	5,00
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100,00</b>

**Nota:** \* Aqui pode ser renda de atividades agrícolas fora da propriedade ou mesmo de atividades não agrícolas.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Conforme os dados contidos TABELA 6, a agricultura aparecia como a fonte de renda predominante para 57,5% dos beneficiários entrevistados. No trabalho realizado por Alencar *et al* (2013), verificou-se que 33,89% dos beneficiários tinham a maior parte de seus rendimentos provenientes de atividades agrícolas.

**TABELA 6** – Distribuição absoluta e relativa segundo a principal fonte de renda dos beneficiários do PRONAF B de Exu, estado de Pernambuco, 2015

Principal fonte de renda	Nº de Beneficiários	%
Agricultura	46	57,50
Pecuária	30	37,50
Aposentadoria/Pensão	4	5,00
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Em seguida, 37,5% dos entrevistados extraíam a maior parte de sua renda da pecuária. Isso mostra também a importância da pecuária para o município em questão. Por último, apenas 5% da amostra declarou que a maior parte de sua renda é proveniente das transferências governamentais (aposentadoria ou pensão).

#### 4.1 Análise do Índice de Qualidade de Vida dos Beneficiários IQVB

Os resultados apresentados na TABELA 7 mostram as contribuições absolutas e relativas dos indicadores que compõem o IQVB nas duas situações analisadas, bem como mostra o acréscimo relativo referente a cada um dos indicadores considerados, identificando a variação da qualidade de vida no decorrer do tempo, por meio do resultado no IQVB nos dois períodos estudados.

**TABELA 7** – Participação individual e em conjunto dos indicadores na composição do Índice de Qualidade de Vida “antes” e “depois” do PRONAF B de Exu, estado de Pernambuco, 2015

Indicador	Participação dos indicadores no IQVB “Antes”		Participação dos indicadores no IQVB “Depois”		Diferença		Variação (%)
	Valores absolutos	Valores relativos	Valores absolutos	Valores relativos	Valores absolutos	Valores relativos	
Saúde	0,0122	4,47	0,0347	6,52	0,0225	8,67	184,43
Educação	0,0282	10,33	0,0356	6,68	0,0074	2,85	26,24
Habitação	0,1006	36,84	0,1752	32,90	0,0746	28,75	74,16
Condições Sanitárias	0,0480	17,58	0,1105	20,75	0,0625	24,08	130,21
Bens Duráveis	0,0605	22,15	0,1051	19,73	0,0446	17,19	73,72
Lazer	0,0236	8,64	0,0715	13,42	0,0479	18,46	202,97
<b>IQVB</b>	<b>0,2731</b>	<b>100,00</b>	<b>0,5326</b>	<b>100,00</b>	<b>0,2595</b>	<b>100,00</b>	<b>95,02</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se verifica na TABELA 7, o índice de qualidade de vida é multidimensional, mas, os indicadores que mais contribuíram para a formação do IQVB antes do PRONAF foram: Habitação (0,1006 ou 36,84%); bens duráveis (0,0605 ou 22,15%); e condições sanitárias (0,0480 ou 17,58%).

Quando se analisa a situação depois da aquisição do PRONAF B, constatou-se que o indicador habitação continuou como o que mais contribuiu com valor absoluto de 0,1752 e valor relativo de 32,90%. Logo em seguida vem o indicador de condições sanitárias (0,1105 ou 20,75%) e bens duráveis (0,1051 ou 19,73%). A partir desses resultados, fica evidente a importância destes indicadores na composição do índice de qualidade de vida. Estes indicadores são possivelmente mais associados aos benefícios do PRONAF.

Ainda de acordo com os dados da TABELA 7, observou-se um aumento de 130,21% no indicador condições sanitárias, 74,16% em relação ao indicador de habitação e 73,72% no que se refere a bens duráveis. Cabe ainda destacar o aumento considerável dos indicadores lazer (202,97%) e saúde (184,43%).

O indicador educação apresentou uma redução de sua participação na composição do IQVB, passando de 10,33% para 6,68%. Outro indicador que reduziu sua participação foi o indicador que mede a posse de bens duráveis, passando de 22,15% para 19,73%. Essas reduções podem ser explicadas por incrementos maiores que houve nos indicadores de saúde, condições sanitárias e lazer. A redução da participação do indicador educação também foi evidenciada no trabalho de Fiuza (2005).

Quando analisado o IQVB, conforme mostra a TABELA 7, verificou-se um aumento após a implantação do PRONAF B. O incremento foi de 0,2595 (antes = 0,2731, depois = 0,5326) representando um acréscimo de 95,02%. Oliveira (2011) também encontrou resultados que reforçam os encontrados neste estudo. Já Fiuza (2005) encontrou uma variação no IQVB de apenas 4,31%.

Assim, verifica-se que, antes da implantação do programa, as famílias se enquadravam no intervalo de baixa qualidade de vida, com IQVB igual a 0,2731. Na situação depois da aquisição do PRONAF B, as famílias se enquadravam no intervalo de média qualidade de vida, já que apresentam o IQVB de 0,5326. Conclui-se então, que o PRONAF B tem contribuído de forma considerável para a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários.

Contudo, estes resultados devem ser vistos com cautela, pois simultaneamente há efeitos de outras políticas, tais como bolsa família, elevação real do valor do salário mínimo

dos aposentados, Luz para todos, seguro safra, etc. Também se deve levar em consideração o fato que, em boa medida, o efeito do PRONAF ocorre de forma indireta em alguns dos indicadores que compõe o IQVB.

## 4.2. Resultados para o teste de diferenças de médias

Na TABELA 8 estão inseridos os resultados para o teste de diferenças de médias.

**TABELA 8** – Teste de diferenças de médias para cada um dos indicadores e para o IQVB dos beneficiários do PRONAF B de Exu, estado de Pernambuco, 2015

Indicador	Teste (tc)*
Saúde	27,4011
Educação	7,2310
Habitação	11,0300
Condições sanitárias	27,0310
Bens Duráveis	10,9520
Lazer	29,0110
IQVB	26,9032

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Significante a 1%.

A partir dos testes feitos entre cada um dos indicadores nas situações: antes e depois, verificou-se que em todos os casos os valores absolutos e relativos dos indicadores foram estatisticamente diferentes a 1% de significância.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados apresentados, conclui-se que a maioria dos beneficiários era do sexo masculino, declarava-se como chefe da família, estava na faixa etária compreendida entre 31 e 50 anos, estava inserida em uma família com até quatro membros, e residia na unidade de produção. Portanto, pode-se inferir que este programa tem um aspecto de auxiliar, juntamente com outras políticas, a manutenção das famílias residindo na área rural, atenuando a migração para as áreas urbanas, o que é salutar. Os resultados ainda mostram que grande parte dos beneficiários (41,25%) não chegou a concluir o ensino fundamental. Essa realidade não foge do que ocorre na grande maioria dos pequenos municípios do Estado de Pernambuco apontados na literatura.

Verificou-se que a maioria dos beneficiários possui rendimentos familiares compreendidos entre 0,5 e 1,5 salários mínimos, geralmente provenientes da agricultura e em seus estabelecimentos.

Em relação à qualidade de vida, constatou-se que esta apresentou uma melhoria considerável, estatisticamente significativa a 1%, quando se compara a situação antes e depois do PRONAF, sendo que, na situação antes, apresentou o IQVB de 0,2731, caracterizando uma baixa qualidade de vida. Depois, o IQVB passou a ser de 0,5326, estando no intervalo de

média qualidade de vida, ou seja, o incremento no IQVB foi de 95,02%. Portanto, o PRONAF B causou mudanças significativas na qualidade de vida dos seus beneficiários.

As variáveis de maior participação no índice nas situações antes e depois do PRONAF foram habitação, condições sanitárias e bens duráveis. Esses fatores podem ser explicados pelo aumento da renda e elevação da parcela da renda destinada a estes itens, o que proporciona uma melhoria desses indicadores.

O lazer e a saúde foram os indicadores que mais elevaram suas participações na composição do índice, com incrementos de 202,97% e 184,43%, respectivamente. Porém, foram os indicadores que tiveram menor participação na formação do índice de qualidade de vida antes do PRONAF. E, na situação depois do PRONAF, os indicadores que menos contribuíram foram saúde e educação.

A baixa participação do indicador saúde e a redução da participação da educação na composição do índice são fatores preocupantes e que necessitam de um maior acompanhamento pelas autoridades governamentais.

Portanto, a hipótese admitida na pesquisa, ou seja, que o PRONAF proporciona mudanças benéficas no perfil socioeconômico e na qualidade de vida de seus beneficiários, foi corroborada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, C. J. S.; LIMA, R. J.; ALENCAR, C. H. M.; SILVA, A. J.; JUSTO, W. R. Caracterização do perfil socioeconômico das famílias beneficiadas com as tecnologias de recursos hídricos do município de Exu-Pernambuco. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER NORDESTE), VIII. **Anais...** Parnaíba, Piauí, 06-08 nov. 2013.

ALVARENGA, A. B. C.; CARVALHO, F. M. A. Avaliação do PRONAF grupo “B”, em Minas Gerais. **Revista de Política Agrícola**, vol. 44, n. 2, p.23-32, Abr./Maio/Jun. 2006.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/PRONAF\\_microcredito.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/PRONAF_microcredito.html)>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

BRASIL. **Lei nº. 11.326, 24 jul. 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 05 de jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)>. Acesso em: 05 de jan. 2015.

FIUZA, M. I. L. **Perfil socioeconômico e qualidade de vida dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF no**

**município de Várzea Alegre – CE.** 2005. 79f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Regional do Cariri – Crato, CE.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de estatística.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. D. ; VIDAL, M. F.. Evolução da agricultura familiar nordestina: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 6-17, Maio, 2014 (suplemento especial).

HAMILTON, L.C. **Statistics with Stata.** Belmont, CA: Brooks/Cole, 2009.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar** – o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro, 2000. Disponível em:<<http://www.faser.org.br/anexos/Retratodaagriculturafamiliar.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Perfil básico dos municípios.** Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260530>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA - **Caracterização do público potencial do PRONAF “B” na região Nordeste e no estado de Minas Gerais:**

uma análise baseada nos dados do censo agropecuário 2006. 2013. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/resultpesq/1.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MAIA, S. M. B. **Estudo comparativo da qualidade de vida dos PRONAFianos do grupo C e dos Não-PRONAFianos do município de Santana do Cariri – CE.** Crato – CE, 2006 [Monografia de Bacharelado - Universidade Regional do Cariri – URCA].

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 71-79, maio, 2014 (suplemento especial).

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos:** mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA/NEAD, 2006, 202p.

MATTEI, L.; WAQUIL, P.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M.; RADOMSKY, G.; NAMIZAKI, G.; NIEDERLE, S. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia, XLV, 2007. **Anais...** Londrina-PR, 2007.

MORONI, M. M. F. **Qualidade de vida e perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF D na mesorregião centro-sul cearense.** 2006. 155f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, D. L. de. **Características socioeconômicas e qualidade de vida dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF no município de Farias Brito-CE.** Crato – CE, 2011 [Monografia de Bacharelado - Universidade Regional do Cariri – URCA].

SANTOS, A; GOIS, F. F. de. **Microcrédito e desenvolvimento regional/ Fundação Paulo Bonavides (FPB)**. Instituto para o desenvolvimento de Estudos Econômicos Sociais e Políticas Públicas (IDESPP)- Fortaleza: Premium, 2011. 384p.

SCHNEIDER, S; MATTEI, L; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In:

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015.